

Comunicado de Davide Prospero,
presidente da Fraternidade de Comunhão e Libertação,
ao movimento Comunhão e Libertação
Por videoconferência de Milão, 19 de janeiro de 2022

Veni Sancte Spiritus

1. Os próximos passos e suas razões

Boa noite a todos. É bom nos reencontrarmos, mesmo que a covid ainda nos obrigue a manter uma tela entre nós por um tempo, espero que pouco.

Agradeço-lhes por terem reservado um tempo para participar deste momento, no qual gostaria de partilhar as razões dos passos que teremos de enfrentar nas próximas semanas. Penso que este seja o tempo em que temos a oportunidade de nos perguntar seriamente se queremos aprender algo, isto é, se queremos entrar em campo tentando demonstrar algo ou tentando aprender algo que talvez ainda tenhamos de aprofundar ou entender, também em relação ao carisma que nos foi entregue.

Foi dito que estamos num tempo de interinidade. Mas o que realmente significa esta palavra – interino – para nós? É uma faca de dois gumes, porque o interino pode ser a percepção da densidade do instante ou a desculpa para uma indisponibilidade. Não tanto uma indisponibilidade em seguir o chefe da vez, à espera de que mude de linha, mas uma indisponibilidade para com Deus. Só o fato de alguém sentir o tempo assim já quer dizer que impõe limites à ação de Deus em sua vida e na história. Porque num instante Deus pode mudar a história! O instante poderia ser também isto. E onde eu estou? Então o problema é estar presente! O problema para nós hoje é estar, é estar presente às coisas presentes, como dizia Dom Giussani: “fixar como presença as coisas presentes” (L. Giussani, Milão, 1 de fevereiro de 1995, cf. “Viver sempre intensamente o real”, *Passos*, n. 132, nov. 2011).

A situação jurídica em que estamos

Vou entrar sem preâmbulos no comunicado que quero fazer. Perdoem-me esta abordagem meio “técnica”, mas quero antecipar intencionalmente a qualquer consideração a exposição de alguns dados, por seriedade em relação a vocês e por transparência. Ao longo do que eu for dizer, também vou aprofundar questões mais fundamentais.

Conforme as indicações precisas que recebemos do Cardeal Kevin Farrell, no mês de fevereiro teremos de eleger alguns responsáveis regionais que terminaram seu mandato. Isso sempre ocorreu conforme os mandatos dos responsáveis regionais iam acabando, aplicando-se os mecanismos que o Estatuto da nossa Fraternidade previa. Depois da publicação do Decreto da Santa Sé, apresentamos alguns quesitos específicos ao Dicastério para os Leigos, a Família e a Vida, referentes à renovação desses cargos nos dois anos de passagem previstos pelo próprio Decreto. O Dicastério nos respondeu oficialmente no fim de dezembro. Agora podemos – aliás, devemos – cumprir as exigências que nos foram enviadas.

Digo logo que as eleições em questão não concernem a todos, mas apenas a Itália, Espanha, América do Norte e Suíça (na verdade, esta última já realizou as consultas), conforme as modalidades que vou detalhar em breve. Mas ganhar familiaridade com o método das eleições em si e sobretudo começar a tomar consciência das motivações subjacentes à proposta que a Igreja nos faz concerne a todos, é de interesse para toda a Fraternidade: primeiro, porque quem nos pede isso é a autoridade da Igreja; e, segundo, porque nos dá ocasião para começarmos a refletir sobre um tema que desorienta e preocupa (até compreensivelmente) a muitos – a pergunta de qual é o passo de maturidade que requer de todos nós o Decreto, publicado pelo Dicastério, que regula o exercício do governo nas associações internacionais de fiéis. Isso diz respeito a todo o Movimento, não só aos inscritos na Fraternidade, na medida em que quem conduz a Fraternidade é também o responsável último do Movimento. Por isso vamos falar disto esta noite.

Destaco logo uma segunda coisa. Em conformidade com o Decreto, o que vou dizer toca apenas a eleição dos órgãos centrais de governo: presidente, vice-presidente, Diaconia Central e responsáveis regionais (enquanto membros da Diaconia Central), que – para ficar claro – na Itália são aqueles que visitam as comunidades dentro das regiões da Fraternidade. Acrescentam-se a eles os responsáveis diocesanos. Então não se trata de eleger qualquer responsável de comunidade, priores ou padres de referência dos grupos de Fraternidade. O Decreto, de fato, aplica-se apenas aos órgãos de governo central.

As razões dos pedidos que o Dicastério nos faz

Esclarecidos esses elementos de fato e jurídicos, perguntemo-nos quais são as razões (este é, creio, o ponto que nos interessa majoritariamente neste momento, e pode interessar a todos) dos pedidos que nos são feitos pela Santa Sé.

Como se lê no prólogo do Decreto, o propósito das indicações do Dicastério é ajudar os movimentos laicais a fazer com que “o governo, no seio das agregações de fiéis, seja exercido coerentemente com a missão eclesial delas, como serviço ordenado para a realização de seus próprios fins e para a proteção dos membros”. Como sabemos, as mudanças que o Decreto implicou para a vida do nosso movimento são significativas, e portanto é justo e compreensível que todos nós sintamos a necessidade de entender em que consiste tal passo de amadurecimento e quais são os problemas *práticos* e *doutrinários* que dizem respeito ao governo da Fraternidade de CL e que nos é pedido enfrentar.

Embora os nós para desatar sejam mais de um, já temos uma oportunidade para lançar luz sobre uma primeira questão importante, que é justamente o significado que a Igreja atribui ao método das eleições. Esta oportunidade nos é dada pela circunstância mesma que acabei de ilustrar. Estamos todos de acordo que não é destes aspectos jurídicos que depende a nossa fé, mas temos de nos questionar sobre o significado que a Igreja atribui ao gesto que estamos prestes a realizar. Só compreendendo-o, de fato, é que poderemos também dar-lhe o peso correto.

a) Eleições e método de Deus

A primeira questão que julgo importante esclarecer é que aceitar a indicação de levar a sério a eleição dos responsáveis diocesanos e regionais não significa ceder a uma lógica mundana, ou seja, democrática no sentido político do termo. Como foi evidenciado por Julián Carrón pouco antes de sua demissão, identificar-se com uma lógica meramente democrática significaria negligenciar o método de Deus: é o próprio Deus quem elege. Com efeito, diz Jesus: “Não fostes vós que me escolhestes; fui eu que vos escolhi” (Jo 15,16).

Em que sentido, então, as eleições que a Igreja nos pede que façamos agora – e que encaremos de maneira não meramente formal – não contradizem este método? Eu creio que temos de nos ajudar a responder a essa pergunta, e lhes ofereço agora a minha contribuição. Não pretendo que esta minha fala seja exaustiva nem conclusiva – vamos ter de continuar refletindo juntos sobre estas coisas –, mas peço-lhes que tenham presentes as passagens que vou fazer, tentando com paciência entrar num ponto de vista que à primeira vista pode parecer pouco familiar.

Para começar, parece-me importante lembrar que o Espírito age não só no responsável, mas *em todo e qualquer batizado*, ou seja, em cada um de nós. Por isso, o método eletivo existe desde sempre na Igreja, até em realidades nascidas de grandes carismas, como por exemplo as realidades monásticas, que estão vivas há muito mais séculos que nós e continuam dando frutos. Mas pensemos também na forma como nos é indicado o sucessor de Pedro, a autoridade suprema da Igreja. A eleição de uma autoridade na vida da Igreja é um evento do Espírito, não um fato puramente humano. E o é na medida em que cada membro de uma comunidade é um batizado, e como tal um sujeito em que o Espírito de Cristo age e vive; além disso, no caso de realidades carismáticas como a nossa, cada um é também um batizado a quem é entregue a corresponsabilidade do próprio carisma, como a Igreja nos vem repetindo e como o próprio Dom Giussani nos ensinou. Diversas vezes lembramos aquele trecho da Escola de Comunidade, em *Deixar marcas na história do mundo*: “Cada um de nós é responsável pelo carisma que encontrou. Cada um de nós é causa de declínio ou de incremento do

carisma, é um terreno em que o carisma é desperdiçado ou dá fruto. A tomada de consciência da responsabilidade por parte de cada um de nós é algo extremamente sério, tanto em termos da sua urgência quanto em termos de lealdade e de fidelidade. Obscurecer ou diminuir essa responsabilidade significa obscurecer e diminuir uma intensidade de incidência que a história de nosso carisma tem na Igreja de Deus e na sociedade” (L. Giussani, S. Alberto, J. Prades, *Deixar marcas na história do mundo*, São Paulo: Cia. Ilimitada, 2019, p. 121).

Se há um ensinamento central no nosso carisma, no carisma de Dom Giussani, é exatamente a intuição da grandeza do Batismo, do fato de que na vida da Igreja todos os batizados, sejam padres ou leigos, consagrados ou casados, são chamados a ser *protagonistas na cena do mundo*, cada um de um jeito diferente, cada um respondendo com dedicação a Cristo na adesão à própria vocação pessoal, e contudo todos como protagonistas, todos como “responsáveis” em certo sentido. Se há uma coisa que Dom Giussani nos transmitiu, me transmitiu, é esta: a consciência de que, se a última camponesa desconhecida, que usa a enxada no meio de um campo, faz isso consciente de que seu trabalho é para a glória humana de Cristo, ela pode ser protagonista na vida da Igreja não menos do que o Papa. Na entrevista de 1987 a Angelo Scola, Dom Giussani disse: “É verdade, nós nunca sentimos a necessidade de destacar além de certo limite o conceito de leigo, porque toda a nossa atenção está centrada na ideia de ‘fiel’, de ‘batizado’. Quer dizer, na ideia de uma ontologia nova que o Fato cristão introduz ativamente no mundo. De fato, o que é o Cristianismo, senão o acontecimento de um homem novo que, por sua natureza, se torna um protagonista novo na cena do mundo? [...] A questão eminente na realidade cristã não é leigo ou não leigo, mas o acontecer da criatura nova de que São Paulo fala.” (entrevista de Dom Giussani concedida a A. Scola, “O ‘poder’ do leigo, isto é, do cristão. Agosto de 1987”, *30 Giorni*: Edição em língua portuguesa, n. 8, 1987).

Quem está em Cristo é “um homem novo”, “uma criatura nova”, diz Giussani citando São Paulo. E enquanto homem novo, o batizado não é só chamado, mas também capacitado a ser protagonista na cena do mundo. Pois bem, parte desse protagonismo agora é levar a sério o gesto das eleições que nos aguardam, tanto as futuras da nova Diaconia e depois do novo presidente, quanto as mais imediatas dos responsáveis regionais, que deverão ser em fevereiro (como vou detalhar em breve). Precisamos ver nesse pedido da Igreja uma grande estima por cada um de nós. A Igreja nos diz que, justamente em virtude do nosso Batismo, podemos e devemos assumir pessoalmente a responsabilidade pelo bem da realidade do movimento a que pertencemos. Ela também nos diz que, em virtude da educação que recebemos na fé graças ao Movimento, estamos habilitados a dar um juízo de fé sobre a situação que estamos atravessando, um juízo que chegue até a escolha de alguns entre nós a quem será entregue uma responsabilidade particular. A Igreja aposta em cada batizado e nos convida, então, a arriscar, com confiança e sem medo.

Que postura devemos assumir, então, para vivermos esse risco pessoal na fé? Respondo destacando duas palavras que nos foram bastante lembradas.

b) Escolher ou reconhecer?

À luz do que acabei de dizer, gostaria de fazer um esclarecimento a esse respeito, que considero importante. A Igreja, em várias ocasiões e com várias vozes, lembrou-nos que na verdade não há contraposição entre método *eletivo* e método do *reconhecer*, para usar a expressão de Dom Giussani que ouvimos no Dia de Início de Ano: “O mestre não se escolhe: reconhece-se!” (J. Carrón e L. Giussani, “Nenhum dom de graça vos falta”, *Passos*, n. 240, out. 2021, p. 32). De fato, quem é chamado a votar não deve (ou pelo menos não deveria) *escolher* com base num gosto pessoal próprio. Como explicou Giussani, “escolher o mestre significa favorecer a violência dos nossos pensamentos e dos nossos enigmas”, e em relação a isso citou a carta a Timóteo: “De fato, vai chegar um tempo em que muitos não suportarão a sã doutrina e se cercarão de mestres conforme seus desejos, quando sentem coceira no ouvido e, desviando o ouvido da verdade, voltam para as fábulas. Tu, porém, vigia em tudo, suporta as provações, faz a obra de um evangelizador, desempenha bem o teu ministério” (2Tm 4,3).

Mas então, se não é por uma “escolha pessoal”, em sentido negativo, que se torna a imposição de um gosto, de uma sensibilidade ou da própria arrogância com os outros, com base em quê se

reconhece e se identifica a autoridade? Se não é por uma escolha arbitrária, individual ou grupal, não pode ser senão pela ação da Graça de Deus, com base na sugestão do Espírito. Mas o fato de se tratar de uma sugestão de Deus significa que Deus implica a nossa razão e a nossa liberdade: uma sugestão pode não ser seguida, mais ainda, pode até nem ser ouvida se estivermos cheios das nossas imagens. Portanto temos de nos pôr numa posição de escuta, de humildade, de docilidade à voz de Outro, o que é totalmente oposto ao democratismo. Claro, na própria liberdade cada um pode fazer o que quiser. Isso continua sempre verdadeiro. Mas não é o método em si que é mundano. A mundanidade vencerá, num gesto como as eleições, se tiver vencido antes no nosso coração, ou seja, se o critério com base no qual exercemos nosso poder de escolha não for ditado pelo amor a Cristo e ao bem da comunidade, mas por outros critérios, que não pretendo listar aqui e que todos sabemos o quanto nos condicionam. Então, não devemos escandalizar-nos com um método ao qual a Igreja se confia há séculos e que o próprio Dom Giussani acolheu e integrou no estatuto que regula a vida da Fraternidade (lembrem-se que em fevereiro, para a eleição dos responsáveis diocesanos e regionais, votaremos aplicando os artigos do Estatuto querido por Dom Giussani, pois o novo ainda não existe). A ação do Espírito não exclui a livre colaboração do homem. Ao contrário, implica-a. Implica o homem com sua liberdade e sua razão. Não o chama a “fazer política” no sentido pejorativo do termo, mas a abrir-se à Sua sugestão usando toda a energia de responsabilidade e compreensão de que é dotado, e usando os meios humanos (e, pois, sempre limitados e imperfeitos) de que dispõe. Por ventura não dizemos que a escolha do Papa se dá com a assistência do Espírito Santo? No entanto, sabemos igualmente bem que quem o elege são os cardeais! Não podemos ver contradições onde não há, porque Deus se encarnou e se ligou à realidade humana da Igreja. Então é um problema de moralidade, como nos ensina a terceira premissa de *O senso religioso*, pois só uma razão livre de preconceitos pode realmente reconhecer a via que Deus indica. Só amando a verdade mais do que a nós mesmos é que teremos o coração na posição certa para colaborarmos com a obra de Deus, a obra de Outro.

Por isso, parece-me que o primeiro e fundamental modo de nos prepararmos para viver de maneira autenticamente responsável o gesto que nos estamos preparando para realizar seja a oração, a mendicância do Espírito: temos de pedir ao Espírito que oriente nossa inteligência, nos torne capazes de eleger pessoas que sejam um auxílio para a obra de Deus, para o desígnio que Deus tem, e não para os nossos projetos e nossas imagens.

Para completar este ponto, quero fazer uma observação (que vale tanto para as eleições intermediárias de que falei hoje, quanto para as que hão de ocorrer a seu tempo com o novo Estatuto), necessária para dar o peso justo ao que disse até aqui. Pelo método das eleições seremos chamados a escolher alguns responsáveis do Movimento. Eles cumprirão uma função objetiva de guia, cada um em seu próprio nível. Referir-se a eles com cordialidade, seguir suas indicações, aderir à proposta que fizerem, etc., este será o caminho, muito concreto, com que afirmaremos a unidade do Movimento e seguiremos sua proposta educacional.

Decerto é desejável que a escolha possa cair, se a Deus aprouver, na pessoa com mais autoridade moral e mais dons pessoais. Mas evidentemente o critério para escolher os responsáveis locais não pode ser exclusivamente a autoridade moral individual ou a maturidade de compreensão do carisma de CL. A tarefa do responsável, de fato, não é apenas ser mestre na fé – como exemplo de santidade –, mas servir com dedicação e clarividência ao bem da comunidade. Pode haver uma pessoa que nos parece ter mais autoridade moral e ser mais fascinante, pelo modo como fala da fé e a vive, mas que por diversas razões não é no momento a pessoa mais apta a cumprir a função de responsável, quer por razões pessoais suas, quer pelo momento histórico que a comunidade local está vivendo. Portanto, convido cada um de vocês a exercer o próprio discernimento, pensando numa pessoa que por qualidades humanas, por capacidade de amizade e por maturidade de fé pode servir inteligente e generosamente à vida da comunidade.

Isso não elimina o fato de cada um de nós poder sentir-se particularmente ajudado por outras pessoas no seio da comunidade, por outros testemunhos. Como eu disse no ponto anterior, o Espírito não age só no responsável, mas em todo e qualquer batizado. As várias formas de autoridade moral presentes na nossa companhia são uma riqueza dada pelo Espírito e com certeza

não são decididas em eleições. Pensemos no exemplo de maturidade com que alguns doentes viveram e vivem entre nós sua condição. Pensemos no exemplo que nos vem de quem vive sua vocação familiar, acolhendo filhos que não são seus e educando-os. Pensemos nas pessoas que têm uma capacidade específica de aconselhar, de confortar, de guiar outras pessoas na vida pessoal delas. Pensemos em quem é capaz de edificar a todos com sua participação na Escola de Comunidade, pois lhe é dado um dom específico de identificação com o coração da nossa experiência, o dom de ler com particular profundidade e agudez experiências que todos fazem. Pensemos em quem é capaz de propor o cristianismo aos jovens, comunicando o fascínio que vem de Cristo presente. Essas pessoas estão entre nós como verdadeiras luzes, e é justo aprender e imitar o que nos é oferecido por Deus mediante a presença delas. São essas as pessoas mais adequadas para guiar a comunidade? Não necessariamente! Às vezes podem ter também dons compatíveis com essa tarefa, às vezes não.

Também neste caso, então, não devemos contrapor um dom a outro dentre os que contribuem para embelezar a nossa companhia, completando-se um ao outro. Mas tampouco podemos confundi-los. “A cada um é dada uma manifestação do Espírito, em vista do bem de todos” (1Cor 12,7), disse São Paulo.

Em resumo, se uma pessoa quer pertencer a CL porque reconhece no Movimento e no carisma de Dom Giussani o caminho que Deus lhe indicou para crescer na fé e pertencer à Igreja, não poderá deixar de fazer referência aos responsáveis que forem escolhidos. Mas também terá a liberdade de nutrir-se de tudo o que o Espírito suscita em sua total liberdade. Dom Giussani insistiu bastante, como sabemos, na importância que tinha para a vida do Movimento essa combinação, mas também essa distinção entre autoridade objetiva e autoridade moral. Em 1993, por exemplo, ele disse:

“A autoridade no carisma, simplificando muito, é a que a Igreja reconhece. A Igreja reconhece a responsabilidade de um carisma. A autoridade moral é dada pela participação que a pessoa vive em quem tem a autoridade formal. Eu posso ter uma autoridade no carisma que concerne ao Movimento, e pode haver a menor pessoa entre vocês que vive esse carisma com tamanha vivacidade, com tamanha sinceridade e tamanha humildade que me supera por todos os lados e eu mesmo olho para ela tentando aprender o significado do carisma do qual sou defensor e guia. O significado desse carisma é revelado por aqueles que na simplicidade do coração vivem o dom dado pelo Espírito e assim são autoridades de fato. A autoridade moral é a que solicita e edifica. A autoridade formal é a que assegura o caminho. A autoridade formal assegura o caminho correto; a autoridade enquanto reconhecida pela Igreja. A autoridade moral reaviva os passos, embeleza o caminho, torna-o persuasivo, torna-nos capazes de sacrifício quando deve ser feito. A autoridade moral é uma santidade, a autoridade formal é uma tarefa” (L. Giussani, *Un avvenimento nella vita dell'uomo*, Milão: Bur, 2020, p. 249).

c) Significado de algumas decisões de Dom Giussani

Quero voltar ao que disse anteriormente a respeito das escolhas que Dom Giussani fez em relação ao estatuto da Fraternidade. Ao falar de eleição, de vez em quando ouço alguém dizer: “Mas Giussani não queria isso!”; ou então: “Ele não disse isso!”; ou ainda: “No texto tal ou na ocasião tal ele disse o contrário”, e assim por diante. Creio que tenhamos de esclarecer um pouco. Por isso lhes ofereço três argumentos importantes, sobre os quais os convido a refletir e, se quiserem, a dialogar.

Primeiro argumento

Giussani quis esse método. Quis que a Fraternidade fosse reconhecida como “associação universal de fiéis”: se houvesse desejado de outra forma, sem dúvida poderia tê-lo feito. Podia deixar que o Movimento permanecesse uma realidade de fato, sem nenhuma regulamentação, sem estatuto, uma experiência espontânea deixada à pura liberdade dos que participavam da sua vida. Mas não o fez. Em vez disso, quis que CL fosse reconhecido oficialmente pelo Papa, isto é, pediu à autoridade da Igreja que confirmasse o que nascera por meio dele, a fim de que cada um de nós pudesse seguir o caminho do Movimento seguro de estar seguindo assim o caminho da Igreja. Primeiro pediu ao Abade de Montecassino e depois à própria Santa Sé pelos trâmites do então Pontifício Conselho

para os Leigos. Então Dom Giussani quis que a Fraternidade de CL fosse uma associação de fiéis e, portanto, tivesse um estatuto, o qual prevê um determinado tipo de estruturação da vida comunitária, incluindo aí o fato de os responsáveis locais e o responsável último serem eleitos.

Se determinadas expressões de Dom Giussani nos parecem em contraste com isto, significa a meu ver que temos de nos ajudar a aprofundar o significado delas – isto sim –, e vamos tentar fazê-lo com toda a objetividade e tranquilidade possíveis, onde quer que seja necessário.

Resta o fato de que a última vontade de Giussani foi que a Fraternidade de CL tivesse o estatuto que tem, e é a essa vontade que temos de nos ater, levando a sério o método das eleições como um evento que não temos o direito de considerar como mera formalidade, quase como se se tratasse de uma imposição jurídica da Igreja que trai a natureza do nosso carisma. Se assim fosse, creio que Giussani teria impedido que tivéssemos este tipo de regulamento, a não ser que achemos que Giussani quisesse driblar as indicações da Igreja, o que espero que nenhum de nós considere verossímil. Não, Dom Giussani quis que a Fraternidade fosse o que é.

Segundo argumento

Eleger o próprio presidente não contradiz o fato de a autoridade ser *reconhecida* num processo que também é comunitário, basta ver a experiência das ordens religiosas. Como antecipei agora há pouco, se admitirmos que todo indivíduo batizado é dotado de uma inteligência nova que nasce da fé, então ele possui toda a graça de que precisa para reconhecer – também em virtude do pertencer comum ao carisma – o que é bom para a associação num determinado momento histórico e então para identificar a pessoa mais adequada para conduzi-la.

O método das eleições não se opõe à ênfase de Dom Giussani sobre reconhecermos juntos quem tem autoridade moral. É o instrumento que podemos usar para expressar esse reconhecimento, e esse reconhecimento é, em última instância – atenção! –, o resultado comunitário do movimento da responsabilidade pessoal de cada um. Por isso não é proibido conversarmos entre nós e nos confrontarmos. A Igreja não nos diz que não podemos conversar, confrontar-nos, ajudar-nos a julgar, a entender. Façamos isso, se o considerarmos oportuno, como ajuda para nos abirmos à indicação do Espírito Santo. Não para delegarmos nossa responsabilidade a outros, mas como ajuda para assumi-la.

Terceiro argumento

Há por fim um terceiro argumento: é a Igreja quem nos está pedindo exatamente isso, eleger os nossos responsáveis, ou seja, que cada um assuma sua parte de responsabilidade em identificá-los. E isso requer de todos nós – muito ou pouco – que mudemos a maneira como sempre olhamos para as coisas, que entremos num ponto de vista mais amplo. O Decreto Geral de junho e as exigências específicas feitas ao nosso movimento pelo Cardeal Farrel são um dado objetivo do qual temos de nos ajudar a partir: a Igreja nos pede que elejamos o nosso futuro Presidente, e o elejamos por um período de tempo determinado. Todos nós queremos viver uma obediência cordial ao Papa, consequentemente temos de compreender e incluir também este pedido.

Concluo aqui a primeira parte da fala desta noite, esperando que as coisas que eu disse possam contribuir para dar razão das mudanças de prática na identificação dos órgãos de governo que a Igreja nos tem pedido. De toda forma, se não estiver tudo claro, não se preocupem, voltaremos a isso. É um caminho que queremos fazer juntos, com paciência, para todos poderem entender as razões e, desta forma, aderir livremente.

2. Nomeação dos responsáveis regionais e dos responsáveis diocesanos em fim de mandato

Vou entrar agora no ponto que descreve o que teremos de enfrentar nos próximos dois meses.

Vocês sabem que, em nível internacional, a Fraternidade está organizada por regiões pastorais (atualmente 14) e, dentro delas – caso haja um número mínimo significativo de inscritos –, em comunidades diocesanas, cada qual com seu responsável.

A Itália é subdividida em três regiões: primeira região (Lombardia, Piemonte, Ligúria, Vale de Aosta e Sardenha); segunda região (Emília-Romanha, Vêneto, Friul-Veneza Júlia, Trentino-Alto Ádige, Toscana e Marcas); terceira região (todas as demais regiões do Centro-Sul). Para essas regiões pastorais, antes de procedermos com a renovação do responsável regional, será preciso antes renovar 22 responsáveis diocesanos. Vamos publicar a lista na seção “Avisos” do site da Fraternidade.

Além desses, também será renovado o responsável da região pastoral da Diocese de Milão, cargo atualmente preenchido por este que lhes fala. Trata-se de uma situação muito peculiar, pois a Diocese de Milão é uma região pastoral em si mesma. De fato, desde os anos oitenta a Diaconia julgou oportuno que o responsável diocesano coincidissem com o responsável regional e que, em consideração do número muito alto de inscritos na diocese (18 mil, mais de 30% do total dos inscritos na Fraternidade), o responsável regional não fosse designado por uma assembleia dos inscritos, mas fosse nomeado diretamente pela Diaconia Central. É minha intenção agora acrescentar a esta modalidade também uma forma de consulta, que estamos definindo.

Todas essas eleições ocorrerão em breve, nos meses de fevereiro e março, de modo a podermos então concentrar-nos na definição do novo Estatuto e dos novos procedimentos eleitorais.

Os formatos de eleição dos responsáveis regionais e dos responsáveis diocesanos estão descritos no nosso Estatuto, em particular nos artigos 20, 29 e 30, com algumas modificações procedurais que lhes serão comunicadas em tempo. A este respeito, nomeei três delegados que assistirão vocês nos procedimentos de preparação de todas essas eleições: Francesco Magni para a primeira região, Emmanuele Forlani para a segunda região e Cesare Pozzoli para a terceira região. Em breve comunicaremos o contato deles, e vocês poderão entrar em contato com eles para qualquer pergunta pertinente.

Por completeza e transparência, digo-lhes ainda que, além dos responsáveis regionais que precisamos eleger agora, outros membros da Diaconia Central também ultrapassaram o limite do mandato. Trata-se, porém, neste caso, de membros cooptados, ou seja, escolhidos diretamente pela Diaconia por indicação do Presidente. São eles Pe. Javier Prades, Marco Bersanelli e Pe. Stefano Alberto.

No sábado passado, 15 de janeiro, propus à Diaconia que cooptasse no lugar deles três pessoas (porque os membros cooptados que acabei de nomear não podiam ser cooptados novamente, tendo ultrapassado os dez anos, segundo o Decreto). Vou listá-los rapidamente, explicitando também os critérios com base nos quais nos orientamos: Luigi Benatti, porque foi e é um ponto de referência para uma região em que estão presentes comunidades muito numerosas (Bolonha e Emília-Romanha) e então conhece de perto essas situações; Padre Andrea D’Auria, especialista em direito canônico, de cujas competências a Diaconia precisará para avaliar e receber as propostas da Comissão do Estatuto; Cesare Pozzoli, que propus para a Diaconia eleger como novo representante legal da Fraternidade durante o meu período como interino. Como vocês talvez saibam, de fato, Giuseppe di Masi, que assumiu essa função nos últimos anos, em novembro me pediu para deixar o cargo.

Também propus (como sugerido pelo Estatuto) cooptarmos outras três pessoas que possam ajudar a Diaconia a levar em conta as três áreas significativas da cultura, da caridade e da missão, que também são os setores em que as iniciativas da Fraternidade se articulam (todas as distribuições financeiras se subdividem – como sabemos pelo relatório de despesas da Fraternidade apresentado todos os anos nos Exercícios Espirituais – nestes três setores). Trata-se de Letizia Bardazzi, para a cultura (Letizia dirige a Associação Italiana de Centros Culturais, e por isso pode oferecer à Diaconia um ponto de vista precioso); Monica Poletto, para o setor da caridade (Monica dedica-se há muito tempo às entidades sem fim lucrativo para a Companhia das Obras, e conhece pessoalmente inúmeras das obras de caridade nascidas no Movimento não só na Itália, mas em todo o mundo; é uma pessoa estimada e competente, que nunca se poupou ao servir concretamente à vida e à criatividade de presença do Movimento); e Pe. Donato Contuzzi, para a missão (Pe. Donato é um padre da Fraternidade São Carlos, em missão em Taipei há muitos anos; muitos de vocês o conhecem pela vídeo-entrevista que Pe. Carrón desejou que se realizasse no ano passado justamente para documentar o florescimento da nossa presença em âmbito internacional).

No sábado passado, a Diaconia aceitou unanimemente estas minhas propostas. Aproveito para agradecer aos recém-chegados a disponibilidade que deram em servir à nossa companhia desta maneira.

Também agradeço de coração às pessoas que terminaram seu serviço na Diaconia pela contribuição que deram (em alguns casos por muitos anos!) na condução do Movimento. Não vou nomeá-los novamente por motivos de brevidade. Obrigado!

Como eu disse no início, estas eleições concernem apenas a uma parte dos inscritos. Peço a todos os inscritos das dioceses envolvidas nas próximas eleições que atualizem os dados no site da Fraternidade até 30 de janeiro, principalmente conferindo o endereço de e-mail. A secretaria da Fraternidade vai mandar as convocatórias por e-mail a partir do começo de fevereiro. Com a convocação, também serão fornecidas todas as indicações técnicas para participarem das assembleias e dos processos eleitorais.

3. Comissão do Estatuto

Há um terceiro ponto, que se refere à Comissão do Estatuto. Vou ser muito breve. Recebi vários pedidos de explicação acerca da composição dessa Comissão. Sem entrar em detalhes, digo apenas que, obedecendo aos critérios que me foram sugeridos no diálogo com o Dicastério, favoreci uma boa representatividade tanto em termos de idade (como podem constatar, fomos de um estudante universitário até aos octogenários), quanto de localização geográfica (pois estão representados todos os continentes). Naturalmente, a preferência foi – onde possível – por quem também tem competências técnico-jurídicas, mas não só, pois – como já lhes disse no último comunicado – também quisemos privilegiar um conhecimento da nossa história (a presença de pessoas que participaram ou que ao menos tinham conhecimento da origem do primeiro estatuto e de suas várias evoluções, etc.). Então a composição segue estes critérios; naturalmente tive de ser o mais “restrito” possível, pois queremos que este processo se conclua nos prazos que o Decreto estabeleceu.

Aproveito esta ocasião para lhes agradecer, pois no breve tempo que demos chegaram mais de 300 contribuições, às vezes fruto do trabalho sério e intenso de grupos de pessoas, que obviamente agora serão levadas seriamente em consideração e usadas para o trabalho da Comissão. Então agradeço. Este trabalho vem ganhando, como desejamos que fosse, uma dimensão que envolve a todos os inscritos da Fraternidade.

4. Introdução ao trabalho de Escola de Comunidade dos próximos meses

Quero agora apresentar as decisões que tomei junto com os amigos do Conselho de Presidência no tocante à Escola de Comunidade. O texto que escolhemos para o ano que se inicia é *Dar a vida pela obra de Outro* (Cia. Ilimitada, 2022), que reúne as últimas falas de Dom Giussani nos Exercícios Espirituais, de 1997 a 2004. O texto já está disponível em italiano, espanhol e holandês, e será lançado em inglês e português brasileiro nos próximos dias. Aos poucos também estará disponível nas outras línguas. Caso em alguma língua o texto completo não fique pronto a tempo, se necessário serão antecipadas no site de CL as partes com que começaremos a trabalhar. Esse texto nos acompanhará de fevereiro até os próximos Exercícios da Fraternidade. Aproveito o ensejo para comunicar que serão pregados pelo Padre Mauro-Giuseppe Lepori, Abade Geral da Ordem Cisterciense. Tal como os Exercícios do ano passado, os deste ano serão abertos a todos e não só aos inscritos da Fraternidade. Este ano também decidimos fazer os Exercícios por videoconferência, devido à persistência da situação de incerteza por causa da pandemia. Desejo agradecer de coração ao Padre Mauro por ter aceitado nosso convite.

Muitos de vocês me perguntaram se tenho a intenção de continuar o gesto da Escola de Comunidade em vídeo para todos, como Pe. Carrón fez nestes anos. Devo admitir que não me sinto à vontade para continuar servindo-me desse formato de ensino, ao menos nos termos em que se tornou familiar para nós nos últimos anos. Esse formato pertencia à sua personalidade e

sensibilidade. Pelo tempo que me for dado, gostaria de lhes fazer uma proposta muito elementar, que agora vou expor entrando rapidamente no mérito da escolha do conteúdo e no método que queremos seguir.

1. O texto da Escola de Comunidade

Em primeiro lugar, o conteúdo. Por que escolhemos esse texto (*Dar a vida pela obra de Outro*)? Menciono duas breves respostas, depois – obviamente – vamos entrar no mérito ao fazermos o trabalho de Escola de Comunidade:

a) Porque as falas que o livro reúne resumem, recapitulam a reflexão de toda uma vida. Os textos dos Exercícios que vamos retomar são os últimos pregados por Dom Giussani: representam, assim, o fruto mais maduro da sua reflexão.

b) Porque se trata de textos realmente proféticos. Acho que vamos espantar-nos novamente ao lê-los, pois identificam com surpreendente lucidez as linhas de desenvolvimento da sociedade e da mentalidade dominantes em que hoje todos estamos profundamente imersos.

2. O método para o trabalho de Escola de Comunidade

Quero agora fazer algumas menções sobre o método que queremos usar para entrar nestes textos bastante densos. Destaco algumas indicações, extraíndo-as das fichas que o próprio Dom Giussani ditou. Sugiro que vocês as releiam, são muito úteis: essas fichas estão disponíveis no nosso site (“Sugestões de método para a Escola de Comunidade”, 1992; “A Escola de Comunidade e a presença”, 1993; “Uma presença que move”, 1997. A estes acrescento “Algo que vem antes”, de 1993, em particular o segundo fator).

Assimilar uma mentalidade nova. Antes de tudo, a Escola de Comunidade é uma escola. A escola, diz Dom Giussani, é “um lugar e um método em que se aprende” (1997), e acrescenta: “Aprender implica entender o significado do texto” (1997). Desta forma, o primeiro passo para fazer Escola de Comunidade é entender o que o texto proposto significa. “É preciso fazer-se discípulo do texto”, recomenda Giussani, ou seja, ler “esclarecendo em conjunto o significado das palavras” (1992), “dando razão das palavras que são usadas” (1993, segundo fator).

Este é o primeiro passo do trabalho que queremos fazer.

Com este propósito, no dia 9 de fevereiro, quarta-feira, às 21h, vamos propor um “Anúncio” do trabalho de Escola de Comunidade por videoconferência, para nos introduzir nos conteúdos propostos por Dom Giussani na primeira parte do livro. Sua Excelência Reverendíssima Dom Filippo Santoro, Arcebispo de Tarento e Delegado especial do Santo Padre para os Memores Domini, nos ajudará nisso. E não por acaso, eu faço questão de que seja uma coisa feita em conjunto.

Nos próximos dias a secretaria vai divulgar o aviso com as indicações para participarem.

Mas não queremos trabalhar somente à distância. Por isso, a segunda indicação que quero deixar é reunirem-se para trabalhar “presencialmente”. Assim que possível, queremos reencontrar-nos fisicamente, para trabalharmos o texto juntos. Encontrar-se presencialmente é importante porque a Escola de Comunidade é, justamente, um fato *de comunidade*, ou seja, de comunhão, de relação. Como escrevi no *Corriere della Sera* (8 de janeiro de 2022), no cristianismo a interação via “carne e sangue” é uma coisa séria. Tem que ver com a maneira como fomos feitos e como conhecemos: o acontecimento no qual a Escola de Comunidade nos quer introduzir é em última instância a relação com Cristo e a comunhão com Ele, que passa precisamente pelo fato carnal da presença dos outros na comunidade, onde é possível, da maneira que for possível.

O serviço de quem conduz a Escola de Comunidade. Outro ponto que quero destacar é a função das pessoas que conduzem a Escola de Comunidade. Independentemente do tamanho de cada grupo, Dom Giussani repetiu bastante que quem conduz uma Escola de Comunidade tem uma responsabilidade decisiva. Isso na verdade vale para todos, pois não pode haver verdadeira partilha

de experiência sem um trabalho pessoal prévio sobre o texto por parte de cada um. Quem conduz tem, porém, uma função especial, pois deve ser o primeiro a testemunhar a experiência de maravilhamento e de fascínio pelo encontro com aquele evento do qual a Escola de Comunidade fala. Ajudemo-nos e perguntemos, se tivermos dificuldades quanto a isto.

Comparar-se com o texto. Como eu disse, a primeira condição para fazermos bem a Escola de Comunidade é compreender o texto, chegar a seu significado objetivo. A segunda condição é que ocorra aquilo que Giussani chamou de “comparação com a experiência”: somos chamados a comparar o conteúdo do texto com nossa vida pessoal, com a vida de nossa comunidade e de todo o Movimento. A comparação é um fator de conversão, tanto individual quanto comunitário. E é essa tensão à conversão do nosso olhar e da nossa vida que faz o Movimento desenvolver-se. “Se a Escola de Comunidade for reduzida à categoria de um ‘discurso’, não faz desenvolver o Movimento. Se for um trabalho, um ponto de comparação, torna-se fator fascinante de acontecimento” (1992).

5. Conclusões

Antes de nos despedirmos e de dar alguns breves e rápidos avisos, permitam-me voltar mais uma vez a um dos temas que mencionei no meu primeiro comunicado, de 29 de novembro: nossa responsabilidade para com a unidade do Movimento. Sei que ainda há certa confusão por aí acerca do significado do que está acontecendo. Uma de vocês me escreveu: “Vivo com dor as divisões que vejo entre nós e na Igreja. Intuo que as mesmas divisões também estão presentes no meu coração. Sinto, como nunca antes, a exigência da unidade (consciente de que essa palavra tem uma profundidade que desconheço). E como nunca antes percebo o quanto ela é posta à prova em toda a Igreja e no nosso querido Movimento”.

É claro que a unidade não é algo que podemos produzir com nossas próprias forças. É Deus quem a faz. Mas por isso mesmo é que podemos observar os frutos da nossa colaboração com Sua obra, mesmo num fato muito simples: o que vem de Deus une, pois a verdade acolhida une, une sempre; o que vem de outra parte é que divide, para além das boas intenções.

“Rezem a Jesus”, disse Dom Giussani aos responsáveis do Movimento em abril de 2000, “e peçam e busquem a unidade em tudo. Em tudo!” (L. Giussani, “Unidade, lei do conhecimento”, *Passos*, n. 7, mai. 2000, p. 2).

Avisos

Missas pelos aniversários de Dom Giussani e do reconhecimento da Fraternidade

Como vocês sabem, com as Santas Missas celebradas pelas várias comunidades tem início oficialmente a celebração do centenário do nascimento de Dom Giussani. Dada a circunstância excepcional do Centenário, além de envolverem seu próprio Bispo para a celebração da Missa, sugiro que vocês também convidem personalidades civis e religiosas da região para participarem. Naturalmente, peço a todos que promovam e participem das funções em pleno respeito a todas as normas anti-covid atualmente vigentes, sempre com a máxima prudência e razoabilidade.

Em breve será enviado às secretarias um aviso com todas as referências para os materiais a serem providenciados. Nas próximas semanas vamos dar atualizações sobre as outras iniciativas para o Centenário, das quais vocês podem encontrar notícias na *home page* do site de CL.

Dia da Coleta de Medicamentos

De 8 a 14 de fevereiro ocorrerá o Dia da Coleta de Medicamentos do Banco Farmacêutico Italiano. Num momento de pobreza e necessidade como o que estamos atravessando, convidamos todos a estarem presentes doando um medicamento nas farmácias participantes e oferecendo a própria disponibilidade para cobrirem um turno como voluntários. Para indicar a própria disponibilidade, é preciso contatar o responsável do Banco Farmacêutico da própria comunidade, escrevendo a

info@bancofarmaceutico.org. Sábado, 12 de fevereiro, é o dia em que os voluntários serão essenciais.

Avisos do Movimento

Lembro a vocês que o canal de comunicação oficial para receberem os avisos centrais e regionais do Movimento na Itália é a plataforma “Avvisi CL”, que pode ser acessada pelo computador ou pelo celular, baixando o *app* correspondente nas lojas da Apple e da Google. Para acessar o serviço, é necessário fazer o pedido ao secretário da comunidade.

Nos próximos dias, o texto do comunicado desta noite estará disponível no site de CL e, aos poucos, também a tradução nas diversas línguas.

Rezemos agora um Glória pelos nossos amigos que neste momento passam por sofrimentos físicos e morais, por quem está sofrendo por causa do Evangelho. Não nos esqueçamos de que, enquanto nós estamos aqui dizendo estas coisas, há quem esteja padecendo por sua própria vida, pelos entes queridos, na incerteza de tudo e nas perseguições, pelo fato de serem cristãos, especialmente no Cazaquistão e no Oriente Médio. E rezemos também pelos nossos queridos defuntos, especialmente o pai de uma amiga nossa que ontem subiu ao céu; ela abriu mão de rezar o Terço esta noite para permitir que seus amigos acompanhassem este nosso momento. Rezemos juntos um Glória por tudo isso.

Glória

Veni Sancte Spiritus

Boa noite.